

# Última Página

Começa hoje a fase decisiva da CPI do Orçamento, cuja razão de ser era a completa apuração de responsabilidades e se torna agora a punição de todos os implicados na manipulação dos recursos públicos com fins pessoais e políticos. O estágio do regime democrático no Brasil é incompatível com o abuso de fazer da vida pública um meio de enriquecimento.

O relatório final de 300 páginas será lido e debatido antes de votado pelos 44 membros que conseguiram reunir dados e documentos que afastam a idéia de precariedade num julgamento eminentemente político. A CPI representa o espírito ético da instituição parlamentar: o seu poder se exerce no plano moral, mediante a cassação de mandatos. As demais consequências caberão à Justiça com sentido exemplar que não se esgota na perda do mandato.

A opinião pública percebeu que a CPI poderia ser marco político e moral, se as denúncias fossem apuradas sem complacência e sem interferência do corporativismo que marca tão profundamente a cultura brasileira. A circunstância de incumbir-se o próprio Legislativo de apurar a participação de parlamentares — e de concluir os trabalhos debaixo do respeito dos cidadãos — demonstra que o Brasil pode passar a um comportamento político pautado na ética.

A CPI revitalizou a credibilidade do Congresso exatamente por ter sido imune ao sentimentalismo piegas que tanto mal tem feito à representação política. Ao contrário do que pretendiam fazer crer os implicados e acumpliciados na manipulação de verbas públicas, a apuração reforçou a credibilidade da Câmara e do Senado.

A CPI do Orçamento se esgota na razão específica da sua criação, mas não significa indiferença pelas irregularidades que afloraram no curso dos trabalhos. A nação se concentra no teste da instituição

parlamentar mas conta com o encaminhamento dos culpados à perda do mandato, num julgamento em que todos os acusados de falta de decoro sejam iguais na punição.

A idéia de que alguém possa enriquecer com a manipulação do poder, desvio de verbas sociais e apropriando-se de dinheiro público é intolerável. Não pode haver contemplação nem sentimentalismo em questão de princípio moral e natureza ética. A CPI cumpriu o seu dever e dignificou a missão ao investigar objetivamente os seus pares. Merecem os seus membros o reconhecimento da cidadania por esse passo à frente, na direção de uma democracia capaz de arrancar as raízes do atraso político e cultural que registra uma história da qual a sociedade se envergonha.

A CPI esteve à altura das necessidades. Evitou excessos e agiu em tempo razoável para não se perder na opinião pública a relação entre o crime e a punição. Não há quem possa acusá-la de facciosismo ou intolerância: os suspeitos tiveram oportunidade de apresentar razões e documentos em sua defesa.

É de justiça uma palavra em louvor do equilíbrio que o seu presidente Jarbas Passarinho e o relator Roberto Magalhães conseguiram manter. A carga emocional, no comprometimento de tantos colegas de convívio diário, exigiu deles firmeza e serenidade de espírito, que só o sentimento de isenção e justiça pode oferecer.

Ao passar à sua sessão definitiva, a CPI está lançando a semente de uma vida política que pode começar com a renovação parlamentar deste ano. O eleitor terá uma razão especial para confiar no aperfeiçoamento político que é da essência democrática. E terá outros motivos de satisfação cívica se pudér ver os efeitos da cassação de mandatos se multiplicarem, incluindo o resarcimento dos recursos públicos dos prejuízos causados pelos aproveitadores.